

Introdução

O conflito da Síria completou seis anos em 2017, totalizando números que demonstram consequências devastadoras para o equilíbrio da região e, cujos impactos estão sendo sentidos por todos os países vizinhos e distantes que culminaram numa crise humanitária de proporções sem precedentes.

Dessa forma, o presente trabalho pretende analisar os eventos históricos que resultaram no conflito que aflige atualmente o Estado sírio, bem como as consequências decorrentes do conflito e os impactos no mundo globalizado.

O artigo inicia o primeiro capítulo com os conceitos e objetivos da globalização e, também, com a apresentação das características de cada uma das fases que compõem esse movimento desde o século XV e as suas atuais consequências.

No segundo capítulo, o trabalho analisou como os estudiosos tratam o fenômeno do orientalismo e ocidentalismo, e como apontam, com a apresentação dos respectivos conceitos, a análise dos elementos que colaboraram para os eventos que resultaram no conflito atual na Síria para, no momento seguinte, resgatar a história da formação do Estado Sírio desde a antiguidade até o momento atual, com a pretensão de analisar as consequências e os impactos no mundo e na região, bem como levantar o possível futuro deste Estado que já foi considerado o berço da civilização humana.

Para alcançar os objetivos traçados por este trabalho de pesquisa, utilizou-se como metodologia dados levantados por institutos internacionais, notícias publicadas por jornais internacionais e nacionais, e ainda, teses de dissertações e doutrinas sobre o tema proposto.

1. A Globalização e seus efeitos no século XXI

A Globalização é uma expressão de origem inglesa que surgiu da necessidade de expansão econômica, principalmente de empresas multinacionais, otimizando os ideais liberais por meio da superação das fronteiras econômicas típicas do século XIX e XX. Nesse sentido, Germano Schwartz, sobre a etimologia do termo, explica que a expressão de origem inglesa, começou a ser usada pelas firmas multinacionais, no início dos anos da década de 1970, associada ao caráter universal das demandas a que essas corporações deveriam atender (DICIONÁRIO DE FILOSOFIA POLÍTICA, 2010, P. 237).

Ainda sobre o conceito da expressão, O Dicionário de Conceitos Históricos, explica que:

A Globalização é principalmente um processo de integração global, definindo-se como a expansão, em escala internacional, da informação, das transações econômicas e de determinados valores políticos e morais. Em geral, valores do Ocidente. Herdeira do imperialismo financeiro dos séculos XIX e XX, a globalização ultrapassa as fases anteriores de internacionalização da economia para abranger praticamente todos os países do mundo. É uma nova fase do Capitalismo, surgida com o fim do bloco socialista e a queda do muro de Berlim em 1989; eventos que levaram à grande expansão de mercados. (SILVA; SILVA, 2010, p. 169)

Schwartz aponta como principais características da globalização a inexistência de fronteiras, a invisibilidade de sua atuação, a conexão cibernética e o fato de ser medida em múltiplos, tratando-se de um fenômeno de interconexão e sem hierarquias. (DICIONÁRIO DE FILOSOFIA POLÍTICA, 2010, P. 238)

Contudo, verifica-se, para muitos autores que o fenômeno da globalização teve seu início com as navegações marítimas do século XV, e compreendeu quatro¹ fases ou ondas distintas, com eventos que progressivamente resultaram no fenômeno de

¹ A doutrina diverge o momento exato na qual se teve o início da globalização, bem como a divisão deste fenômeno que para alguns se deu em quatro fases distintas. Dessa maneira, cumpre anotar que pode haver diferenças de um doutrinador para outro em relação a divisão das fases que compõem a globalização, uma vez que alguns entendem serem três fases ao invés de quatro. Neste sentido, nota-se que Friedman, também, divide a história da globalização em três grandes períodos: “1. 1492-1800 – O início deste período é marcado pelas viagens de Colombo (apesar de não ser referido por Friedman, há que não esquecer o trabalho dos navegadores portugueses) até ao final do século XVIII. Foi uma época de grandes descobertas e avanços, tanto a nível geográfico como científico e o mundo passou de um imenso território desconhecido para um não assim tão grande e conhecido por “todos”. O autor chama a este período “Globalização 1.0”, em que o global foi conquistado muito pela mão das forças religiosas e imperialistas; 2. 1800-2000 – Este período, denominado de “Globalização 2.0”, foi fortemente marcado pelos grandes acontecimentos económicos, políticos e bélicos do século XX, nomeadamente a I Guerra Mundial (1914-1918), a Grande Depressão (Crash da Bolsa de Wall Street, em outubro de 1929), a II Guerra Mundial (1939-1945) e ainda a Guerra Fria, que se arrastou até à década de 90, entre outros. Se a primeira metade deste período foi, em grande parte, marcada pela evolução a nível industrial e tecnológico, já que foi a época da Revolução Industrial, da invenção das máquinas a vapor, dos meios de transporte sobre carris, etc., também a segunda o foi pela invenção do telefone, fibra ótica, computadores, pela ida do homem à lua, entre tantas outras que poderíamos encher páginas desta crítica apenas com elas. A nível da globalização, esta foi mais visível a nível económico, em grande parte devido às empresas multinacionais. A globalização das empresas foi a grande protagonista desta fase; 3. 2000-... – “Globalização 3.0” é o período em que nos encontramos. Tal como foi referido anteriormente, um indivíduo não precisa de um espaço físico específico para desempenhar determinada função, uma vez que nos encontramos na Era da “aldeia global”. A Internet e a World Wide Web ligam-nos a todos como se fizessemos parte da mesma família. O jornalista dá, de seguida, exemplos de como muito do trabalho que pensava ser feito nos E.U.A. o é, afinal, feito na Índia. Fala do caso da contabilidade, visto que tem contacto com indivíduos cujo trabalho é preencher declarações de impostos de cidadãos americanos. Este é apenas um dos casos de trabalho outsourcing. Segundo o autor, este fenómeno vai aumentar exponencialmente nos próximos anos pois, no caso da Índia, há muitos técnicos especialistas no trabalho das finanças e eletrónico e a mão-de-obra é, consideravelmente, mais barata.”. (FRIEDMAN, 2006, P. 08).

integração de diferentes regiões do planeta sob a forte influência do sistema econômico capitalista e disseminação da cultura ocidental, resultante do avanço tecnológico ocorrido no fim do século XX e com o fim da ex-união Soviética.

Arrighi, tratando sobre o conceito de globalização, menciona os ensinamentos de Tilly:

No artigo em que incitou o debate, Tilly define a globalização como “um aumento na abrangência geográfica das interações sociais localmente relevantes, especialmente quando esse aumento estende uma proporção significativa de todas as interações entre as fronteiras internacionais e intercontinentais”. Ele sugere que, ao longo do último milênio, pelo menos três ondas de globalização política e econômica ocorreram dessa maneira. Primeiro, no século XIII, quando a formação do Império Mongol criou as condições para a emergência do sistema de comércio mundial afro-euroasiático, analisado em detalhe por Janet Abu-Lughod (1989). Segundo, no século XVI, “quando a expansão comercial e militar européia ligou o Oceano Índico ao Caribe por meio de uma densa rede de trocas e de dominação”. E, terceiro, no século XIX, “quando um impulso imperialista colocou 4/5 dos territórios mundiais sob o domínio dos povos europeus” (TILLY apud ARRIGHI, 2003, P.16).

Dessa maneira, importa destacar que as navegações marítimas do século XV inauguram o fenômeno conhecido como globalização, uma vez que se entende que a partir destas navegações iniciaram-se a expansão marítima europeia que promoveu a transformação gradativa da ordem social de uma época em que predominava a existência de sociedades que se encontravam organizadas de maneira isolada, na qual os mercados e a economia eram relativamente autônomas.

O início das navegações marítimas européias, motivada pela necessidade de expansão e busca de novos mercados, rotas², terras e matérias primas como as especiarias e metais preciosos teve como resultado imediato a descoberta do continente americano e o início da colonização que alcançaria também os continentes africano e asiático, mais precisamente da região do oriente médio, na qual se encontrava o território do atual Estado sírio.

Essa expansão e colonização, experimentada pelas sociedades dos séculos seguintes àquele que inaugurou as navegações marítimas, promoveu um intercâmbio de sujeição entre os estados europeus do ocidente e as demais regiões colonizadas, tendo como objeto dessa relação simbiótica a mão de obra escrava e as matérias primas

² A busca por novas rotas para se chegar à Índia, após a tomada de Constantinopla pelos Turcos-otomanos que impediam o acesso pela rota conhecida, resultaram na descoberta acidental do continente americano, resultando na expansão dos mercados e na integração de sociedades antes isoladas.

extraídas das colônias, e como contrapartida, as mercadorias que eram fornecidas pelos europeus.

A segunda fase da globalização foi caracterizada pela consolidação dos Impérios Coloniais, que impuseram às suas colônias os seus valores culturais, religiosos econômicos, desenvolvendo um sistema de dominação e influência sobre as regiões ocupadas por estas nações europeias imperialistas.

Dentro desse contexto histórico e a partir das suas áreas de influência econômica e de dominação, as grandes nações imperialistas desenvolveram o capitalismo industrial e, posteriormente, o financeiro, produzindo e fornecendo elementos, gradativos, para o avanço da tecnologia na área dos transportes, comunicação³, impulsionados pela Revolução Industrial iniciada no território dos colonizadores, enquanto que as colônias serviam como fornecedores de matérias primas primárias para a sustentação e desenvolvimento do processo de industrialização. Essa divisão entre fornecedores de matérias e fornecedores de produtos industrializados fez com que os países da Europa ocidental e Estados Unidos, no início do século XX, dividissem os países em desenvolvidos e subdesenvolvidos e colônias, uma classificação que representava a dominação e dependência econômica entre os países desses dois blocos.

O período entre as duas guerras mundiais impulsionou a mudança da ordem econômica e social do mundo, fazendo os Estados Unidos emergir como grande potência econômica, superando as nações imperialistas europeias em razão do desenvolvimento da indústria bélica norte americana que alimentou e forneceu armamentos para os países europeus lutarem contra o avanço das tropas alemãs nas duas grandes guerras, resultando numa nova ordem mundial caracterizada por uma perspectiva dualista, ou melhor, bipolar, tendo como protagonistas os Estados Unidos e a União Soviética, ambas antigas aliadas e vencedoras da 2ª guerra mundial ao lado das já superadas nações imperialistas: França e Inglaterra.

Essa bipolaridade capitaneada pelos Estados Unidos, no Bloco Capitalista, e pela União Soviética, no Bloco Socialista, teve como consequência a Guerra Fria, que deu início a terceira fase da globalização, e que foi caracterizada pela corrida

³O processo de industrialização que ocorreu nos países europeus, utilizando as matérias primas extraídas de suas colônias colaborou para promover o avanço dos sistemas de transporte e comunicação por meio do desenvolvimento e construção de canais de transporte como ferrovias e na comunicação, sistemas de telégrafos, telefonia, além da produção em massa de veículos e aviões, resultando num mundo cada vez mais interligado e integrado, apesar da existência do vínculo simbiótico de domínio exercido pelos impérios coloniais em suas colônias.

armamentista e pela corrida espacial. Essa concorrência bélica marcada pela disputa entre os dois Blocos de Poder foi fundamental para o avanço tecnológico e que possibilitou o surgimento da sociedade da informação, que superava a partir deste instante as sociedades agrícola e industrial⁴, apesar da ameaça de uma guerra nuclear.

Portanto, a terceira fase da globalização foi o resultado de uma Revolução Técnico-científica informacional que promoveu, dentre outros, avanços significativos nos transportes aéreos, desenvolvimento da robótica e surgimento da internet e da biotecnologia, melhorando o deslocamento e os meios de comunicação que possibilitaram a promoção de uma integração ainda maior entre os povos, apesar das desigualdades regionais.

A quarta e última fase da globalização, foi consagrada com a queda do muro de Berlim, marco histórico da disputa bipolar entre os Blocos comandados pelos Estados Unidos e União Soviética, bem como com a dissolução da União Soviética que pôs fim definitivo à Guerra Fria e inaugurou uma nova ordem mundial, evidenciada pela consolidação do Imperialismo Norte Americano e pelo avanço incondicional do sistema econômico capitalista⁵ que promoveu um avanço ainda maior das novas tecnologias, aumentando a velocidade nas áreas de transportes e comunicação, que conseqüentemente, possibilitou a diminuição do tempo de deslocamento entre os países, bem como a comunicação e informação instantânea que mudaria definitivamente o mundo e o conceito de globalização.

Schwartz destaca, ainda, que a globalização é paradoxal, pois ao mesmo tempo que objetiva unir, promove a diferença entre os povos concomitantemente, resultando numa união e divisão em escala global, exemplificando, nota que esse fenômeno foi verificado na Ex-União Soviética e na Ex-Iugoslávia, Estados que acabaram se dividindo em vários outros Estados (DICIONÁRIO DE FILOSOFIA POLÍTICA, 2010, P. 238).

A explicação de Schwartz, sobre este papel paradoxal desempenhado pela globalização, poderia explicar o atual caso da Síria, uma vez que se tem como uma das perspectivas para o futuro do Estado Sírio, a divisão do Estado em vários outros Estados

⁴ O surgimento de uma sociedade da informação ficou restrita às potências mundiais imperialistas, uma vez que nos países que haviam servido ou que ainda serviam de colônia, a economia ainda se desenvolvia por meio da agricultura ou ainda por um processo de industrialização ainda tímido, semelhante ao início da revolução industrial experimentada pelos europeus no início do século XX, reforçando a ideia disseminada pela potências de que esses países, da América Latina, África e Oriente Médio ainda estavam atrasadas.

⁵ Para Manuel Castells o sistema capitalista evoluiu, neste momento, para um *Capitalismo Informacional*. (CASTELLS, 1999, P. 411-439)

menores como consequência do sectarismo, muito semelhante, portanto, ao caso da ex-Iugoslávia que agonizou numa guerra civil, em 1993, marcada pela intolerância religiosa e que determinou o fim da Iugoslávia e o surgimento da Croácia, Montenegro, Sérvia e Bósnia.

Contudo a expressão globalização se verifica tratar de um conceito aberto, da qual precisa-se de um recorte para que alcance um sentido e possa ser estudado, sob pena de resultar num termo tão genérico que acabe por ser deturpado e levado para caminhos antagônicos de acordo com os desejos e interesses de seu interlocutor, podendo ser tratado sobre várias perspectivas.

Se entendido como fenômeno econômico, como um estágio avançado do capitalismo e da necessidade de expansão do liberalismo econômico para fora das fronteiras dos Estados Liberais, impulsionado pelo avanço das tecnologias dos meios de comunicação, seu marco histórico certamente seria o início da década de 90 do século XX, com a queda do muro de Berlim e o fim da ex-União Soviética, se entendido como um fenômeno de trocas culturais, de contato e integração entre os povos, para muitos historiadores teria se dado com o início das navegações marítimas promovidas pelos grandes Impérios europeus no século XV.

Entretanto, nota-se que em ambos os casos, a conceituação de globalização ignora a cultura e história das civilizações árabes, que muito tempo antes das navegações marítimas promovidas pelos impérios europeus, já navegavam por rotas comerciais desde a antiguidade, trocando cultura por meio da guerra, do comércio ou da dominação pacífica, na qual por muitas vezes foi pontuado por historiadores a influência ou assimilação da cultura de alguns povos por outros já durante o período da antiguidade.

Dessa forma, o orientalismo, enquanto estudo, explicaria a concepção europeia de globalização, uma vez que renega os fatos históricos que ocorreram no período em que ainda engatinhavam como civilização, enquanto a riqueza e o desenvolvimento cultural nas mais diversas áreas do Oriente Médio já estava avançado na região conhecida como Machreq.

Em suma, a evolução gradativa da globalização ao longo dos séculos, iniciado mesmo que de forma embrionária no século XV, como explicado por muitos autores, colaborou para o desenvolvimento da tecnologia nas áreas do transporte e comunicação, impulsionando a própria necessidade do mercado de cada vez mais se expandir e

integrar as nações do mundo para poder escoar seus produtos e atender ao ciclo do capitalismo informacional, produzindo reflexos neste século, facilmente observados como a fragmentação da cadeia produtiva dos produtos comercializados no mundo, o crescimento do capitalismo e das desigualdades em países com economias mais instáveis.

2. O Ocidentalismo e o Orientalismo

O Ocidente e o Oriente é tratado por Nicola Abbagnano como sendo uma “dicotomia geográfica que remete a uma contraposição de civilizações e de visões do mundo”. Explica que na literatura filosófica é usado de duas maneiras antitéticas: (ABBAGNANO, 2012, p.847)

Na primeira, o oriente aparece com valor negativo, e o Ocidente com valor positivo. Para essa acepção (pensemos em autores como Hegel e Marx), o Oriente se configura como o ‘ainda-não’ do Ocidente e está para ele como o atrasado para o desenvolvido, o despótico para o livre, o comunitário para o societário, o religioso para o secularizado, o contemplativo para o ativo etc. na segunda, o Oriente aparece com valor positivo, e o Ocidente com valor negativo. Para essa acepção (pensemos na corrente de pensamento que vai de Schopenhauer a Hesse), o Oriente se configura como o lugar da espiritualidade, da sabedoria originária, da tradição etc., e o Ocidente como a terra do materialismo, do cientificismo, do pragmatismo tecnológico etc.

Desde o início do processo de globalização, no século XV⁶, quando as nações europeias se lançaram ao mar em busca de novos mercados, terras e matérias primas, o encontro entre as civilizações ocidentais e orientais geraram conflitos e desencadearam uma série de eventos que transpuseram o tempo e o espaço, e transformaram a ordem econômica e social do mundo, deixando uma herança de instabilidade e conflito constante na região, que sofre, atualmente, com o conflito da Síria e o avanço do grupo terrorista Estado Islâmico, causando uma crise humanitária que afeta todas as nações do mundo.

⁶ Samuel Huntington ensina que: “Durante a maior parte da existência da humanidade, os contatos entre as civilizações foram intermitentes ou inexistentes. Depois, com o começo da Idade Moderna, por volta de 1500 d.C., a política mundial assumiu duas dimensões. Durante mais de 400 anos, os Estados-nações do Ocidente – Grã-Bretanha, França, Espanha, Áustria, Prússia, Alemanha, Estados Unidos e outros – constituíram um sistema internacional multipolar dentro da civilização ocidental e interagiram, competiram e travaram guerras uns com os outros. Ao mesmo tempo, as nações ocidentais também se expandiram, conquistaram, colonizaram outras civilizações ou nelas influíram de forma decisiva.” (HUNTINGTON, 2010, P. 22-23)

Dentro desse resgate histórico do processo de globalização no mundo, o conceito de orientalismo explica um pouco esta dicotomia entre os dois mundos, a partir da classificação e visão ocidental, cujo entendimento parte da verdade de que os valores culturais e econômicos dos países do ocidente devem se sobrepor ao do Oriente, sobrepujando civilizações milenares que remontam o berço da própria civilização humana.

Bueno, narra que:

Desde a Antiguidade, o Ocidente vem mantendo contatos regulares com o Oriente e, no século +1, romanos e chineses já se citavam mutuamente. Apesar de terem ocorrido algumas épocas de menor comunicação, causadas por crises sociais e políticas periódicas, o intercâmbio entre Europa, Oriente Médio, Ásia Central e Extremo Oriente nunca arrefeceu de fato. Uma mudança radical só ocorreria a partir do século +16, no momento em que se iniciaram as grandes navegações e a colonização de territórios ultramarinos por parte dos Estados europeus. Nesse contexto, os europeus deixaram de manter apenas contato com os “orientais” para estabelecer outro modo de convivência, fato esse que modificou bastante seu procedimento de observação. Grande parte desse tempo foi dedicada à exploração comercial das civilizações orientais e, concomitantemente, à imposição cultural e às conversões religiosas. Tal processo ocorreu de formas diferentes na Ásia.(BUENO, 2012, P.16)

Edward Said, neste sentido, explica que o imperialismo imposto pelas nações francesa e inglesa aos países que hoje se localizam no Oriente Médio, na segunda fase do processo de globalização, no século XIX, propagou uma imagem selvagem e de um mundo atrasado e antigo, cujos valores deveriam ser desprezados em prol do avanço econômico e cultural determinado pelas nações imperialistas. (SAID, 1990, p.08) E, portanto, o orientalismo representaria uma invenção das grandes potências, que posteriormente, encontra nos Estados Unidos o maior idealizador do que representa os povos e os Estados do Oriente Médio para o resto do mundo.

Enquanto uma invenção das grandes potências imperialistas, o orientalismo desperta por parte das sociedades ocidentais certos preconceitos⁷ e causam

⁷Bueno exemplifica este fenômeno preconceituoso e desconfiado dos ocidentais em relação aos hábitos dos povos orientais: “Eis a razão pela qual, por exemplo, achamos exótico e irracional um chinês comer grilos ou um indiano não comer vacas. Não aprendemos a nos perguntar qual a justificativa para se matar uma vaca, além de uma noção cultural que privilegia o consumo de sua carne, ou pelo fato de acharmos insetos animais pouco comestíveis. Preferimos acreditar que tudo que fazemos é realizado dentro de uma razão científica que a tudo justifica e para tudo dá resposta. Do mesmo modo, como classificamos os orientais de estranhos e primitivos, suas produções culturais não são interessantes senão pelo aspecto exótico. Temos essas sociedades como incompreensíveis, diante de sua obstinação em não aceitar por completo os nossos padrões ocidentais de razão e ciência, que são – para nós – universais, completos e bem fundamentados. Nesse momento, portanto, esquecemos que nós mesmos somos capazes de criticar

desconfianças em relação aos povos subjugados que BUENO, citando RIVIERE, explica de forma clara ao descrever o sentimento do homem ocidental em relação ao Oriente:

Para o homem ocidental, o Oriente é uma palavra que evoca as mais diversas e contraditórias imagens; provoca nele sentimentos de uma curiosidade frequentemente pueril, de sonhos românticos que não correspondem à realidade, ou então imagens de miséria social, de repulsa, de piedade e de um temor irracional. Os juízos sobre a Ásia são geralmente elementares, parciais e definitivos; há, em resumo, uma curiosidade simpática ou uma incompreensão desconfiada, segundo o estado de espírito de cada um. Na realidade, o Ocidente ignora o Oriente e por isso o historiador francês René Grousset (1885-1952) pode escrever que "A revelação do pensamento indiano e do pensamento chinês equivale, para nós, à descoberta de diferentes seres humanos, de diferentes habitantes de outros planetas" (RIVIERE apud BUENO, 2012)

Ainda, dentro deste contexto, não obstante à imposição das culturas imperialistas aos povos submetidos à colonização compulsória, nota-se que a produção acadêmica e literária sofre com esta influência, denegando a origem de muito dos conhecimentos utilizados e explicados pelo ocidente, numa flagrante usurpação da cultura oriental. Nesse sentido, Bueno relata tal fenômeno ao explicar que:

As distorções causadas por esse empreendimento são flagrantes e gritantes. Ensejando provar que o Oriente e a África eram o lar de um perene subdesenvolvimento, os centros acadêmicos buscaram valer-se de sua autoridade como "produtoras de conhecimento" para afirmar que tais mundos de civilizações nunca haviam conseguido alcançar um nível satisfatório de ciência, saber e história. Suas vidas seriam irracionais, suas realizações, baseadas num empirismo primitivo, sua qualidade de vida, ausente (exceto para os déspotas). Tal ambiente formou-se principalmente no século XIX, mas podemos afirmar que em várias partes do mundo (como no Brasil) ele continua a existir (BUENO, 2012, P.41)

O Ocidentalismo é uma expressão que explica o mesmo movimento do orientalismo, mas sob a perspectiva do oriente, traduzindo um processo de influência do ocidente no oriente, verificada quando sociedades não-ocidentais, isto é, orientais, recaem sob a influência da cultura ocidental em relação à indústria, tecnologia, lei, política, economia, estilo de vida, dieta, língua, alfabeto, religião ou valores ocidentais, assim, a ocidentalização pode ser percebida como uma influência que foi ampliada pela globalização no seu último estágio de desenvolvimento, ocorrido no início da última

noções como "verdade absoluta" e aplicamos sobre eles nossas crenças, como se estas fossem baseadas na mesma "verdade absoluta" que nos dirige e sustenta." (BUENO, 2012, P. 41)

década do século XX. Segundo a concepção ocidental, esse processo é bilateral porque encontra o desejo de parte dos povos orientais de assimilar e rumar para o horizonte ocidental com a esperança de alcançar um padrão de vida similar ao ocidental, resultando num processo de aculturação decorrente dos efeitos da expansão do Ocidente e do colonialismo imperialista que submeteu as sociedades nativas orientais.⁸

Etimologicamente, o termo “orientalismo” representa um conceito construído a partir de uma ideologia europeia, reforçada pelo imperialismo francês e inglês que colonizou a região do Oriente Médio, repartindo-a em duas áreas de influência e impondo as culturas ocidentais aos povos nativos, além de usurparem o conjunto de coleções arqueológicas⁹ das civilizações locais, por se considerarem mais desenvolvidos e detentores do poder para guardar tamanha preciosidade que remonta e explica a origem do homem e, respectivamente, dos povos europeus advindos dos povos orientais que constituíram o berço da civilização humana.

Edward Said¹⁰ explica que esta invenção teorizada pelas grandes nações imperialistas promove a segregação, dividindo os “dois mundos” entre os ocidentais e os orientais, como num verdadeiro processo de subjugação das culturas de lá em razão dos ocidentais imporem seus padrões ao resto da humanidade.

Dessa forma, Bueno ao se utilizar das explicações de Said, expõe que:

Como foi muito bem apresentado por Edward Said, em seu livro *Orientalismo – a invenção do Oriente pelo Ocidente* (1978), o Oriente que hoje conhecemos – com todas as suas indistincões e análises problemáticas – é fruto de uma construção acadêmica ocidental (se é que tal existe, talvez sendo melhor classificá-la como europeia) que buscou subjugar tudo aquilo que estava fora de sua tradição histórica a um critério pseudocientífico, no qual os outros (os asiáticos, no caso) foram classificados em degraus de uma hierarquia de saber que buscava provar, a todo o tempo, sua inferioridade cultural, intelectual e racial. (BUENO CITANDO SAID P.40)

E, Bueno complementa o seu raciocínio com a menção ao pensamento de Boaventura:

⁸ A aculturação refere-se às mudanças que ocorrem dentro de uma sociedade ou cultura quando dois grupos diferentes entram em contato direto contínuo. Depois do contato, as mudanças nos padrões culturais numa cultura ou em ambas são evidentes. <http://dicionariportugues.org/pt/ocidentalismo>. Acesso em 22.05.2017.

⁹ Kalina e Maciel, ao tratar do conceito do termo “orientalismo”, observam que hoje as principais coleções arqueológicas sobre as civilizações orientais antigas encontram-se em grandes museus europeus como o Louvre, em Paris, e o Museu Britânico em Londres. (SILVA; SILVA, 2010, P. 321).

¹⁰ Edward Said foi um pensador palestino que viveu entre 1935 e 2003 e um dos fundadores das teorias pós-colonialistas, que defendem a revisão da literatura por meio de uma desconstrução das visões europeizadas. Foi defensor ativo da autonomia da Palestina e um dos teóricos do termo orientalismo, cuja explicação serve de referência para todos que estudam este processo.

Do ponto de vista do Ocidente, o Oriente é a descoberta primordial do segundo milênio. O Ocidente não existe fora do contraste com o não Ocidente. O Oriente é o primeiro espelho da diferença neste milênio. É o lugar cuja descoberta indica o lugar do Ocidente: o centro da história que começa a ser entendida como universal. É uma descoberta imperial que em tempos diferentes assume conteúdos diferentes. O Oriente é, antes de mais nada, a civilização alternativa ao Ocidente — tal como o Sol nasce no Oriente, também aí nasceram as civilizações e os impérios. Esse mito das origens tem tantas leituras quantas as que o Ocidente tem de si, ainda que estas, por seu lado, também não existam senão em termos da comparação com o que não é ocidental. Um Ocidente decadente vê no Oriente a Idade do Ouro; um Ocidente exaltante vê no Oriente a infância do progresso civilizacional. (BUENO apud BOAVENTURA P. 44)

Dessa forma, se depreende que o orientalismo é uma criação do ocidente na busca de explicar a sua própria origem e de entender as diferenças entre os “dois mundos” e os acontecimentos do lado de lá (oriente), onde ainda se observa traços característicos de uma cultura que serviu de berço e moldou a civilização nos primórdios da humanidade.

3. A Guerra Civil na Síria: Suas causas e consequências para o Oriente e Ocidente

A história da Síria geográfica é, de um certo modo, a História do mundo civilizado em dimensão reduzida. Ela constitui uma parte da História de nosso berço da civilização e de nossa herança espiritual e ideológica, A partir daí, todo homem ocidental civilizado poderá pertencer a dois países: ao seu próprio e à Síria.
Phelip Khouri Hitti¹¹

A região que atualmente compreende o país da Síria¹² foi palco de intensas e constantes transformações ao longo dos séculos, e remonta a própria história da

¹¹ De origem libanesa, é Professor de línguas orientais da Universidade de Harvard, nos EUA, e eminente historiador e estudioso da região do Oriente Médio.

¹² O país localizado no Oriente Médio (Machreq) tem uma expansão territorial de 185.180 km² e faz fronteiras com os países da Turquia (ao norte), Iraque (a leste), Jordânia (ao sul), Israel (a sudoeste) e Líbano (a oeste), sendo banhado pelo mar mediterrâneo e tendo a maior parte do território composto por áreas de desertos. Sua capital fica na cidade de Damasco e tem o árabe como língua oficial, além do curdo. Dentro do seu território, foram encontrados diversos sítios arqueológicos, castelos medievais e ruínas, como as encontradas na cidade de Palmyra, que remontam a uma ocupação do território há mais de 5 mil anos, resultado da ocupação de diversos impérios, Persa, Macedônico, Romano, Árabe e Turco-Otomano, além da França, antes do país alcançar a sua independência em 17 de abril de 1946 e sua atual configuração. A economia do país esta baseada na exploração do petróleo e do gás natural, além da agricultura, com o cultivo de azeitonas, frutas como o damasco, legumes, verduras e algodão, mas muito pouco industrializada. Quanto a população, a República Presidencialista da Síria, é composta por árabes sírios (90%), curdos (5,9%), circassianos, turcos e armênios (4,1%). Em relação à religião, a maioria é

humanidade, desde antes da Antiguidade até os dias atuais, e se caracteriza por uma população diversificada étnica e religiosamente, resultado de sua herança histórica, das influências sofridas por este povo, em decorrência do período de colonização francesa na região, bem como da formação do Estado Sírio.

Por esta razão, para que se entenda o conflito atualmente existente e duradouro na região, é necessário remontar a história do povo, do território e do governo sírio, elementos que reunidos são constituidores de um Estado, e portanto, capazes de explicar o cenário atual e as possíveis perspectivas futuras para o Estado Sírio, bem como os possíveis reflexos para o Oriente e o Ocidente.

3.1 A formação do Estado Sírio

Não há como contar a história da Síria, sem que se remonte a história dos povos árabes e do próprio Homem enquanto espécie¹³. Assim, primeiramente, importa destacar que a história dos povos na atual região, que compreende o país, data de muito antes da Antiguidade, ou seja, muito antes de 6.000 a.C., razão pela qual se considera como Berço da Civilização, uma vez que descobertas arqueológicas comprovaram a existência dos *neanderthals* na região ainda na Era da pré-história. (HARDAN, 1997).

Contudo, por uma questão de recorte para a construção deste trabalho de pesquisa, o presente artigo inicia sua narrativa a partir da Antiguidade e remonta de forma bastante superficial esse período, sem deixar de registrar que a região foi dominada por fenícios, arameus, hebreus, egípcios, sumérios, assírios, babilônicos, hititas, persas, gregos, e bizantinos, dentre outros que povoaram a antiga mesopotâmia, conforme se depreende da própria história do direito (PALMA, 2017, P.47-138).

Assim, importa anotar que a Síria pertenceu no seu passado ancestral à região da mesopotâmia, juntamente com os territórios do Iraque e Líbano¹⁴, se insurgindo

muçulmana (92,1%), Cristãos (5,2%), sem religião e ateus (2,7%). A Taxa de analfabetismo no país é de 17%, sendo a população distribuída com 54,5% residente nas áreas urbanas e 45,5% nas áreas rurais. <http://www.suapesquisa.com/paises/siria/>: Acesso em 01.05.2017.

¹³ A Primeira civilização humana floresceu no mundo árabe, evoluindo a partir daí para certos pontos, na Antiguidade, como por exemplo: Damasco, Babilônia, Mênfis, Jerusalém, Alexandria e Antióquia.

¹⁴ A estreita relação entre Síria e Líbano é histórica e tornam esses vizinhos fronteiriços, divididos apenas pela cadeia de montanhas conhecidas como Al-Qalamoun, em quase irmãos ou pelo menos primos próximos, e encontra fundamento em suas origens comuns como o legado deixado pelos fenícios e do domínio grego sobre a região que compreende os dois países, bem como o colonialismo europeu e uma fraterna rivalidade. Se o Líbano representa na região do Machreq, um oásis de democracia no turbilhão que representa o mundo árabe, a Síria, por sua vez, sempre encontrou estabilidade por governantes

contra a civilização mesopotâmica e contra o Egito, tendo sido dominada, posteriormente, pelo Império Persa e por Alexandre – O Grande – governante da Macedônia, responsável pela influência grega na região, no período helenístico. Após a morte de Alexandre em 323 a.C., o Império Romano se aproveitou da fragmentação do Império Macedônico para conquistar a região, na qual a Síria pertencia. (RODRÍGUEZ, 2012, P.3)

Após sofrer a influência desses povos que marcaram a ocupação do Oriente Médio na Antiguidade, a Síria se tornou uma das principais províncias romanas entre 64 a.C. e 637 d.C. e chegou a sediar um número significativo de legiões do Império Romano. (RODRÍGUEZ, 2012, P.3)

Em 637 d.C., após ser conquistada pelos Muçulmanos, a Síria sediou o Califado de Damasco que era presidido pela Dinastia dos Omíadas e que, posteriormente, fundariam em Bagdá, a capital do Império Muçulmano e que dominaria o Norte da África e a Península Ibérica em 711 d.C., sendo o mundo muçulmano unificado em 1171 d.C. por Saladino ao redor dos Principados da Síria e do Egito, juntamente com o Iraque na luta contra os cruzados pela retomada de Jerusalém. A retirada dos cruzados deixou como maior herança para a região a comunidade cristã maronita, uma das religiões que coexistem com outras até hoje no Oriente Médio. (RODRÍGUEZ, 2012, P.3)

Em 1299, a Síria passaria a incorporar ao Império Otomano que durou até 1922, quando foi derrubado após o fim da Primeira Guerra Mundial, passando para o domínio dos franceses, por meio do acordo de Sykes-Picot de 1916 que privilegiou a minoria dos alauítas (xiitas) para se contrapor ao movimento separatista dos árabes sunitas. (KHANNA, 2008, P. 272);(HOURANI, 1994, P. 302).

Assim, no século XVI, a Síria se transformou em uma simples divisão geográfica do Império Otomano e, posteriormente, foi comandado pelos franceses, período em que sofreram com a colonização e influência do Imperialismo Europeu, alcançando a independência apenas em 1946.

Enquanto o Oriente Médio era dividido entre franceses e ingleses por meio do acordo de Sykes-Picot, em 1916, o continente africano já vinha experimentando a

autoritários que mantiveram seu poder com mãos de ferro, marginalizando à liberdade e à democracia. (KHANNA, 2008, p. 283)

partilha de seu continente pelas nações europeias por meio da Conferência de Berlim¹⁵, realizada em 1884-1885.

O acordo de Sykes-Picot de 1916 foi um marco importante desse período celebrado secretamente entre o diplomata francês François Georges-Picot e o britânico Mark Sykes, para, antes mesmo do fim da Primeira Guerra Mundial, dividir o território correspondente ao Império Otomano no Oriente Médio. “O acordo resultou no Tratado de San Remo, pelo qual a França recebeu em ‘mandato’ a Síria e o Líbano, enquanto a Grã-Bretanha se encarregava do Iraque e da Palestina” (SOURDEL, 2014, p.129).

Referido acordo é um marco na determinação de fronteiras na região que, em grande parte, ainda permanecem até hoje. Isso porque para a divisão do território levou-se em consideração interesses estratégicos relacionados ao petróleo e ao Canal de Suez. A propósito, Thomas Piketty considera este fato um dos motivos para a conflagração do Oriente Médio, já que despertou questionamentos sobre o sistema de fronteiras implantados na região pelas potências coloniais (PIKETTY, 2017, prefácio).

Contudo, ensina Paulo Ferreira da Cunha que “alguns conceitos ocidentais que se crêem universalizados (e em grande medida o estão, mas não completamente) encontram por vezes em ambiente islâmico novas interpretações). Quando trata do Estado de Direito e o Islã, esclarece que: (CUNHA, 2017)

Gutmann e Vogt, assim como já N. J. Brow, em *Islamic Constitutionalism in Theory and Practice*, chamam a atenção para que, segundo alguns, o Corão seria a Constituição comum a todos os muçulmanos. Tal, aliás, seria uma das razões para a tardia elaboração de constituições em países muçulmanos. (...) Evidentemente, uma tal perspectiva sobre a Constituição, a menos que tomada em sentido meramente literário ou metafórico, não se enquadra no Conceito Ocidental de Constituição, oportunamente desenvolvido, em conferência no Brasil pelo saudoso mestre Rogério Ehrhardt Soares, quando estava em perspectiva essa ‘carta magna’ que viria a chamar-se ‘Constituição cidadã’”.

¹⁵ Observa-se que no século XX, o continente africano já amargava as consequências deixadas pelo imperialismo europeu na região, uma vez que o continente, de forma geral, se encontrava em condições deploráveis, com péssimo índice de desenvolvimento humano, baixíssima qualidade de vida, problemas graves de saneamento básico e disseminação de doenças altamente contagiosas, causadas por uma grande desigualdade social deixada pelas nações colonizadoras que promoveram além da repartição dos territórios africanos de acordo com o interesses europeus, a separação de tribos aliadas e união de tribos inimigas, uma herança maldita que resultou em muitas guerras civis, como por exemplo a que ocorreu em Ruanda em 1994, quando os hutus iniciaram um movimento para aniquilar a etnia tutsi. Esta divisão do povo de Ruanda entre Tutsi e Hutus foi uma das heranças deixadas pelos Belgas durante o período de colonização do país.

Dessa maneira, depreende-se que uma das principais heranças deixadas pelas ocupações dos diversos povos e crenças na região, bem como as influências impostas pelas ocupações dos Impérios: Macedônico, Romano, Turco-Otomano e pelos Franceses, ao longo dos séculos, pelo qual a região de Machreq¹⁶ (Oriente Médio) passou, foi, indiscutivelmente, a coexistência entre povos de várias religiões, mesmo que o equilíbrio entre essas Fé s tenham sido sempre muito frágeis e vulneráveis a conflitos constantes.

Assim, antes da guerra civil na Síria, dados sobre a divisão das religiões no país apontavam que: Noventa por cento (90%) do total da população síria era muçulmana¹⁷, divididos¹⁸ entre sunitas (74%) e xiitas (menos de 15%); e o restante dos 10% da população era dividido entre cristãos¹⁹ e drusos²⁰, e uma pequena comunidade, de cerca de 4500 pessoas, eram judeus²¹ sírios.

¹⁶ Machreq: a palavra significa “levante” em árabe, contrapondo-se a Magreb, “poente”, a primeira refere-se a região do Oriente Médio ou Mesopotâmia, enquanto o segundo se refere ao norte da África. (KHANNA, 2008, p. 271)

¹⁷ O Islamismo é Religião fundada por Maomé que viveu entre 570-632. Seus adeptos, os muçulmanos, adotam um Deus único e acreditam que esse Deus criou o mundo, uma vez que era todo poderoso e que cuida dos que lhe prestam obediência. Acreditam que o alcorão foi revelado por meio do seu Profeta, Maomé, no século VII. <http://stoa.usp.br/jesuscristo/files/-1/13631/Dicionario-Ilustrado-Das-Religoes.pdf>. Acesso em 01.05.2017.

¹⁸ Sobre as diferenças e divergências entre muçulmanos sunitas e xiitas, que resultou na irremediável divisão do Islã, Ali Kamel explica que o início da discórdia se deu com a divergência entre os dois grupos quanto a sucessão de Maomé ao expor que: “Qual a razão dessas divergências. O que está em jogo quando se fala em sunitas e xiitas. Essencialmente, a sucessão do profeta. No espaço de 28 anos após a morte do profeta, a divisão entre sunitas e xiitas estava consolidada. Segundo os sunitas, o profeta jamais indicou quem seria o seu sucessor, o seu califa; de acordo com os xiitas, Maomé teria deixado claro que seu primo Ali, a quem tinha dado sua filha Fatima como esposa, deveria ser o seu sucessor. (...) A palavra xiita vem exatamente de shí’at’Ali, que quer dizer “partidários de Ali”; para os sunitas, os ditos do profeta expressavam tão-somente a admiração pelo homem Ali (o nome sunita vem de suna, “caminho”, significando a tradição, tudo aquilo que o profeta fez e disse; assim, sunitas seriam “o povo do caminho, o povo da tradição”). (KAMEL, 2007, p. 95-102)

¹⁹ Para o Dicionário Ilustrado das Religiões, os Cristãos são aqueles que seguem Jesus de Nazaré. Os discípulos de Jesus, judeus, foram chamados “cristãos” pela primeira vez na cidade grega de Antioquia (At 11,26) quando anunciaram Jesus de Nazaré como Messias, “Christos” em grego, e passaram a se chamar de cristãos. <http://stoa.usp.br/jesuscristo/files/-1/13631/Dicionario-Ilustrado-Das-Religoes.pdf>. Acesso em 01.05.2017.

²⁰ Segundo o Dicionário Ilustrado das Religiões, os Drusos são um dos diversos grupos menores que se separaram do Islamismo no correr do tempo, mas que estão esperando um salvador (o Imã que deve vir), estando os seus adeptos concentrados mais nos territórios dos países do Síria, Líbano e Israel, em número de aproximadamente 250.000. <http://stoa.usp.br/jesuscristo/files/-1/13631/Dicionario-Ilustrado-Das-Religoes.pdf>. Acesso em 01.05.2017.

²¹ Para o Dicionário Ilustrado das Religiões, o Judaísmo pode significar pertença a um povo e pertença a uma religião, sendo essas pertenças, no início, uma coisa só, tendo sua origem no povo de Israel, onde não havia distinção entre o campo religioso e o profano, tendo em vista que tudo era baseado nas orientações da Torá. A História de Israel termina com a destruição de Jerusalém pelos babilônios no ano de 586 a.C.. Desde a nova fundação do Estado de Israel, pode-se distinguir Judaísmo de judeus (Essa palavra vem de Judá, uma das doze tribos de Israel), tendo como o conteúdo mais importante da fé

3.2 A origem do conflito na Síria

No fim de 2010 teve início a Primavera Árabe²² decorrente da queda da ditadura tunisiana, a qual abriu um ciclo de revoltas populares que tomariam a região na defesa de alguns valores tidos como ocidentais, tais como a Democracia. Os protestos civis iniciaram-se na Tunísia e, posteriormente alcançaram os demais países árabes como Egito, Líbia, Iêmen, Argélia, Síria, Marrocos, Omã, Bahrein, Jordânia, Sudão, Iraque. A propósito, para Paulo Ferreira da Cunha ensina “a Primavera árabe foi um tempo de muitas esperanças” (CUNHA, Paulo Ferreira da, 2017).

Em 2011, o fato que irrompe o conflito na Síria, em especial a batalha de Aleppo (*Halab*, em árabe), com movimentos civis contra a ditadura dos Assad que começou com uma rebelião pacífica de opositores do regime ditatorial do partido Baath e se transformou em uma revolta armada e sangrenta. Os anseios do povo Sírio são outros daqueles que motivaram a Primavera Árabe, diz Morteau para a Revista Isto É (“Entenda as causas do conflito na Síria”). “O governo de Bashar al-Assad, diferentemente de seus vizinhos, não se aliou às principais potências ocidentais. Os radicais acreditam que o atual regime não defende as tendências islâmicas de seu interesse”. (Revista Isto É).

Assim, destaca-se que o movimento conhecido como Primavera Árabe teve um início pacífico e foi motivado por reivindicações a certos direitos pontuais pelos povos desses países, contudo, em 2011²³ o conflito se transforma em uma guerra civil travada

judaica a sua crença num único Deus (monoteísmo), responsável pela criação do mundo e da Torá aos homens. Observa-se que, atualmente, os judeus estão espalhados por todos os países do mundo. Durante toda a sua história, o Judaísmo foi alvo de hostilidades e opressões, como por exemplo o antissemitismo propagado pelos Nazistas por meio do Holocausto na 2ª Guerra Mundial, quando 6 milhões de judeus foram assassinados nos campos de concentração. <http://stoa.usp.br/jesusristo/files/-1/13631/Dicionario-Iustrado-Das-Religoes.pdf>. Acesso em 01.05.2017.

²² O movimento conhecido como Primavera Árabe foi mais uma invenção do ocidente na tentativa de entender e explicar os acontecimentos no oriente, isto é, o levante das populações dos países árabes contra seus governos. O termo “Primavera” significaria “o despertar” dos povos daquelas regiões, como se os desejos pelo alcance à cultura e valores ocidentais tivessem sido o fato gerador para as revoltas e manifestações, no entendimento do ocidente. De qualquer forma, este movimento foi uma sequência de revoltas populares que ocorreram em diversos países árabes a partir de fatos e reivindicações que não necessariamente tivessem como fundamento os desejos pelos valores ocidentais, mas sim reivindicações diversas e pontuais de determinados grupos sociais que buscam maior liberdade e menos opressão.

²³ Segundo o Caderno do IESM, do Instituto Universitário Militar em Lisboa - Portugal, estima-se que no início do ano de 2011 a população era de 21.906.156 habitantes, sendo 90% árabe-síria, 5,9%, curdos e 4,1% turcos e armênios. Noventa por cento (90%) do total era muçulmana, e desses 74% eram sunitas e menos de 15% eram xiitas. A maioria dos 10% restantes eram cristãos e drusos, e uma pequena comunidade, de cerca de 4500 pessoas, eram judeus sírios. Havia cidades inteiramente cristãs, com

entre o exercito do regime de Assad e a oposição rebelde, alimentada por forças externas que viram a oportunidade de derrubar o regime de Assad e alinhar os interesses ocidentais na região.

Dentro dos fatos que irromperam num conflito armado, sangrento e duradouro, importa observar o papel da globalização e do orientalismo neste movimento inicial do conflito, tendo em vista que, a partir do entendimento de que a globalização promove a integração social, cultural e econômica entre os povos, ampliada exponencialmente pelo avanço da tecnologia e da internet, experimentado também pelos países árabes e que ampliou o alcance da sociedade em rede de *Castells* e da sociedade da informação, foi notório o aumento significativo de usuários nas redes sociais²⁴ nos últimos anos, servindo de veículo condutor que impulsionou a organização dos movimentos compreendidos pelo ocidente como “Primavera Árabe”, bem como a deturpação da mídia em relação aos verdadeiros motivos e reivindicações dos povos árabes.

No caso da Síria, observa-se que o país possui uma diversidade étnica e religiosa muito grande, herança deixada pela ocupação de vários Impérios e povos na região. Sob o mandato francês, na Síria, o sectarismo religioso e político foram alimentados para coibir a ascensão do nacionalismo árabe na região, assim, os franceses dividiram o território sírio em vários pequenos estados como Damasco, Alepo, Monte Alauíta, Grande Líbano, Monte Druso e Hatay. A herança deixada pelos franceses foi o poder para a minoria xiita alauíta, portanto, foram os franceses os grandes responsáveis por promover o sectarismo religioso que se reascendeu com os movimentos da Primavera Árabe, tendo em vista os anos de opressão da maioria sunita pela minoria xiita alauíta com o objetivo de garantir a permanência no poder (COSTA, 2016, p. 19).

Ainda, sobre a origem dos conflitos em regiões colonizadas pelos impérios europeus, Wanderley Messias da Costa, ao tratar sobre os problemas da geografia política contemporânea, utiliza os ensinamentos de Michel Foucher para observar que:

Um panorama inicial das fronteiras atuais demonstra, para Foucher, que as instabilidades políticas e, em alguns casos, geopolíticas de

ortodoxos e católicos de rito oriental, sendo conhecida por ser um dos países mais tolerantes do Médio Oriente. Talvez por isso, houve cinco Papas de origem síria, e Antioquia foi sede do segundo mais antigo patriarcado cristão, transferido durante a Idade Média para Damasco. Tem uma constituição laica e a aplicação da sharia, bem como o extremismo religioso eram proibidos.

²⁴ O papel das redes sócias, como facebook e twitter foram importantíssimos para que muitos protestos fossem marcados e organizados pela população através das redes. Jornalistas e analistas, por sua vez, propagam mais velozmente os seus conteúdos a partir desse mecanismo, que foi sendo restringido pelos governos ao se aperceberem da sua força. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-04/entenda-causas-do-conflito-na-siria>, Acesso em 20.05.2017

algumas regiões do Terceiro Mundo – especialmente da África e da Ásia – devem-se em grande parte às contradições entre traçados artificiais impostos de “fora para dentro” pelas antigas metrópoles coloniais, cujos contornos não coincidem com outros limites (étnicos, linguístico, históricos etc.). O que ocorre nesses casos (e aí, observa, pode-se incluir também a Europa Centro- Oriental sob certos aspectos) é que caberá ao investigador examinar não as “boas fronteiras”, isto é, aquelas estáveis e reconhecidas legalmente e na prática por todos, mas as contraditórias, aquelas que apresentam muito mais um “feixe de intersecção” entre vários “limites” em jogo, ou, em outras palavras, “uma combinação de tempos sociais distintos”. Afinal, ele entende que, em muitos lugares, as fronteiras romperam, provisória ou definitivamente, processos históricos que poderiam tender à unificação ou fragmentação”. Além disso, esse caráter exógeno presente na definição de boa parte das fronteiras do Terceiro Mundo (do total, 17,2% traçados pelos franceses e 21,5% pelos ingleses) estaria na raiz das muitas “crises geopolíticas” atuais.”(FOUCHER apud COSTA, 2008, p. 283)

Não bastasse essa divisão entre sunitas e xiitas, no país, nota-se que a localização da Síria é palco de outra batalha travada entre grandes potências nos bastidores, caracterizada pela vontade de exercer uma influência numa região considerada por grandes nações como território estratégico, tendo em vista a sua localização geográfica que faz divisa com demais países importantes do Oriente Médio.

Todos esses fatores apontados, acima, se tornaram ingredientes nesse caldeirão em que o País se encontra atualmente, cuja disputa pela influência externa, causa dor e sofrimento a milhões de sírios e resultam na violação de direitos humanos há muito consagrados por tratados internacionais e que deflagraram numa crise humanitária de extensão internacional e proporções épicas, que exigirão do direito internacional²⁵, por meio de seus entes e personagens, a árdua tarefa de pacificar uma região que viveu ao longo de sua história muitos anos de lutas e guerras e, assim, tentar poupar o povo sírio de um desfecho ainda mais trágico do que já apresentado pelas atrocidades cometidas pelos dois lados do conflito, pelo Estado Islâmico e pelos interesses ocidentais na região.

3.3 As consequências do conflito na Síria

²⁵ Paulo Ferreira da Cunha, sobre o direito internacional público, observa que: “Pressionados pelo furor mediático, somos levados a pensar que os principais meios para a solução de conflitos internacionais seriam a guerra e, nas décadas mais próximas de nós, o terrorismo. Tal vai de par com a ideia de que o Direito Internacional Público teria fraca efetividade....Não é assim. Em muitos Estados, as guerras civis e as revoltas são mais mortíferas que as guerras internacionais.” (AKEHURST apud CUNHA, 2017, p. 203).

O Conflito na Síria pôs o país no centro da tensão entre potências que protagonizaram a Guerra Fria na década de 1970 no século XX, tendo Rússia e China como defensores do regime de Bassar Al-Assad, enquanto pelos rebeldes opositores, Estados Unidos, Inglaterra e França²⁶. Desde o início do conflito o Conselho de Segurança da ONU tentou por meio de algumas resoluções²⁷ controlar o conflito na região para proteger os direitos humanos da população civil dos ataques de ambos os lados, entretanto, nota-se que todos os esforços fracassaram até o momento.

Em 2017, o atual presidente da Síria, Bashar Al-Assad completou 17 anos no poder, tendo sucedido em 2000 a cadeira que era, anteriormente, de seu pai, Hafez Al-Assad, que governou de 1970 à 2000, e ainda, tendo sido reeleito na questionada eleição presidencial de 2014²⁸.

²⁶ Esta divisão entre os países que endossam as forças rebeldes e governistas na Síria fica evidente nos debates travados dentro do Conselho de Segurança, na qual os cinco países mencionados possuem cadeira permanente e direito ao veto dentro do Conselho, dificultando uma solução por parte do Conselho que seja unânime e possível de evitar a procrastinação do conflito na região. Neste sentido, o portal de notícias das Nações Unidas publicou matéria no dia 13.04.2017, com o título: “Rússia bloqueia resolução do Conselho de Segurança sobre ataque químico na Síria”, informando que: “O Conselho de Segurança da ONU, em votação na quarta-feira (12), em Nova Iorque, bloqueou projeto de resolução que condenava e pedia investigações sobre o ataque químico ocorrido na cidade de Idlib, na Síria, em 4 de abril. Foram 10 votos a favor do documento, dois contra e três abstenções. As abstenções foram de China, Cazaquistão e Etiópia. Rússia e Bolívia se opuseram ao documento. Como representante permanente do Conselho de Segurança, o voto russo tem poder de veto, invalidando a adoção da resolução. <https://nacoesunidas.org/russia-bloqueia-resolucao-do-conselho-de-seguranca-sobre-ataque-quimico-na-siria/>. E a Globo, sobre o mesmo assunto: “Pela oitava vez, a Rússia usou seu poder de veto contra o projeto enquanto membro do Conselho Permanente.” <https://oglobo.globo.com/mundo/pela-8-vez-russia-veta-resolucao-sobre-siria-no-conselho-de-seguranca-21200065>. Acesso em 01.05.2017.

²⁷ Dentre as Resoluções do Conselho de Segurança da ONU referentes ao conflito na Síria, destaca-se a 2042 que aprovou uma missão de observação com o objetivo de monitorar o cessar fogo no país e por fim as violações aos direitos humanos dos civis; 2043 que aprovou uma missão de supervisão para apurar a retirada de armas pesadas e tropas dos centros populacionais; 2118 que autorizou a OPAQ a implementar a retirada e destruição das armas químicas da Síria. Apesar dos esforços para implementar as medidas adotadas pelas resoluções, nota-se que mesmo com os relatórios que verificaram os inúmeros crimes cometidos contra os direitos humanos da população civil, o CS ficou dividido e as inúmeras tentativas de impor uma sanção à Síria não prosperaram em razão dos cinco países que detém o direito de veto e as cadeiras permanentes do Conselho divergirem quanto as medidas que devem ser adotadas, mais em razão dos seus interesses pessoais na região do que com a preocupação com os direitos humanos que teem sido violados por ambas as partes no conflito. O site de notícias das Nações Unidas, sobre a resolução 2118 noticiou que: “Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) é responsável pelo plano de destruição de armas. Resolução 2118 também aprovou processo de paz liderado pelos sírios. Em 2013. Através da adoção unânime da resolução 2118, o Conselho pediu a rápida implementação de procedimentos elaborados pela Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) “para a destruição rápida do programa de armas químicas da República da Síria e sua rigorosa verificação”. <https://nacoesunidas.org/conselho-de-seguranca-da-onu-aprova-resolucao-que-exige-destruicao-de-armas-quimicas-na-siria/>. Acesso em 10.05.2017.

²⁸ Em junho de 2014, foram realizadas eleições presidenciais que tiveram como resultado a reeleição do regime autoritário de Bashar Al-Assad que concorria com outros dois candidatos autorizados pelo próprio Assad, entretanto, o pleito só foi realizado em locais sob o controle do Exército Sírio, impedindo que grande parte da população pudesse votar, principalmente em redutos formados por opositores ao regime

O conflito na Síria que dividiu o país entre o regime atual e os rebeldes opositores ao governo de Bashar Al-Assad, criou áreas de extrema instabilidade política na região, em que a ausência de governo possibilitou o surgimento e a propagação de um dos braços da al-Qaeda que se transformou no grupo terrorista mais temido dos últimos anos, tomando o lugar do al-Qaeda desde os ataques de 11 de setembro.

Conhecido mundialmente pela sigla “Isis”, o Estado Islâmico²⁹ adquiriu notoriedade com a crueldade dos seus atos, bem como com a criatividade com que utilizam qualquer tipo de objetos para executarem sem piedade os seus ataques, aumentando ainda mais o temor do povo Sírio, que resultou na expulsão destes povos de suas terras, aumentando o já numeroso contingente de refugiados que fogem da guerra e o terror que assola o seu país.

O início da invasão do Estado Islâmico na Síria se deu em 2014, quando o grupo invadiu e tomou a cidade de Raqqa, isto é, três anos após o início do conflito entre rebeldes opositores e as forças governistas de Bashar Al-Assad. Desde 2014, o grupo terrorista tomou territórios sírios e iraquianos, ampliou o seu poderio ofensivo e bélico, aumentou o seu contingente de soldados recrutados por meio da internet em todos os países do mundo, construindo verdadeiros campos de treinamento dentro dos territórios ocupados e auto instituíram um “Califado” na região ocupada.

Decorrente do terror causado pelo grupo terrorista na Síria, além dos bombardeios aleatórios realizados pelos dois lados do conflito, atingindo prédios civis, o fenômeno migratório deflagrou uma crise humanitária em que refugiados sírios se espalham de forma desordenada por países do mundo inteiro³⁰, problema que aflige não

atual. <http://g1.globo.com/mundo/siria/noticia/2014/06/eleicoes-na-siria-sao-uma-farsa-diz-secretario-geral-da-otan.html>, Acesso em 01.05.2017.

²⁹ Atualmente, o Estado Islâmico, conhecido pela sigla “EI” é o principal grupo terrorista em solo Sírio e o maior responsável pelo terror experimentado pelo povo da região, promovendo decapitações e execuções daqueles que resistem ao fundamentalismo pregado pelo grupo, ocupando províncias importantes e destruindo o patrimônio cultural sírio, como as ruínas de Palmyra, além de assumir a autoria dos principais atentados terroristas que ocorreram e se intensificaram em países europeus nos últimos anos, como em Paris, Bruxelas, Berlim, Londres, Manchester e outros.

³⁰ A ACNUR publicou um relatório sobre a questão dos refugiados no mundo e, dentre os países analisados pelo relatório “Tendências Globais”, destacou que alguns países são a principal origem de refugiados no mundo, dentre eles, a Síria se destaca com 4,9 milhões de refugiados. Ainda segundo o relatório: “No Brasil, de acordo com o relatório de 2016 do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão ligado ao Ministério da Justiça, as solicitações de refúgio cresceram 2.868% nos últimos cinco anos. Passaram de 966, em 2010, para 28.670, em 2015. Até 2010, haviam sido reconhecidos 3.904 refugiados. Em abril deste ano, o total chegou a 8.863, o que representa aumento de 127% no acúmulo de refugiados reconhecidos, incluindo reassentados. O relatório mostra que os sírios formam a maior comunidade de refugiados reconhecidos no Brasil. Eles somam 2.298, e são seguidos pelos angolanos (1.420), colombianos (1.100), congolezes (968) e palestinos (376). Ao todo são 79 nacionalidades presentes no Brasil.” <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/>, Acesso em 20.05.2017.

apenas os países europeus, mas também os países fronteiriços, como Líbano, Turquia e Jordânia³¹.

O drama decorrente desse deslocamento dos refugiados da guerra na Síria não encontra fim, uma vez que muitos desses refugiados acabam tendo seus direitos violados em razão de oportunistas que se aproveitam da tragédia desse povo para cometerem crimes que violam seus direitos humanos, como exploração sexual³² de menores e mulheres, bem como tráfico de pessoas e de órgãos³³.

Além da crise migratória, que tomou proporções globais e que incluiu na agenda mundial a questão do papel dos Estados Europeus na recepção dos refugiados sírios, observa-se, também, com o avanço do conflito e a instabilidade política na região, a possibilidade de segregação do território sírio, uma sombra que se aproxima mais uma vez³⁴ na história desse país, reacendendo a divisão religiosa de seu povo,

³¹ Somados, esses três países já acolheram aproximadamente 4,3 milhões de refugiados sírios, segundo informações fornecidas pela matéria publicada em 01.02.2017 pelo Estadão: <http://internacional.estadao.com.br/blogs/gustavo-chacra/quais-paises-recebem-mais-refugiados-no-undo/>

³² Segundo o portal das Nações Unidas: “o tráfico de pessoas é um crime parasita que se alimenta da vulnerabilidade, prospera em tempos de incerteza e lucra com a inação, alertaram oficiais das Nações Unidas nesta sexta-feira (29), às vésperas do Dia Mundial de Combate ao Tráfico de Pessoas (30) De acordo com o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, os traficantes visam aos mais desesperados e vulneráveis. Segundo ele, para acabar com essa prática desumana, “precisamos fazer mais para proteger migrantes e refugiados — particularmente jovens, mulheres e crianças — daqueles que exploram sua esperança por um futuro mais seguro e mais digno”. “Precisamos administrar a migração de forma segura e baseada em direitos, criar caminhos suficientes e acessíveis para a entrada de migrantes e refugiados, e combater as origens dos conflitos — a pobreza extrema, a degradação ambiental e outras crises que forçam pessoas a atravessar fronteiras, oceanos e desertos”, disse o secretário-geral. Para o diretor-executivo do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Yury Fedotov, enquanto a comunidade internacional luta contra a maior crise de refugiados e migrantes desde a Segunda Guerra Mundial, traficantes de pessoas e de migrantes estão tirando vantagens da miséria para obter lucro. Segundo ele, criminosos se aproveitam de pessoas passando por necessidade e sem apoio, e veem migrantes, especialmente crianças, como alvos fáceis para exploração, violência e abuso. Além disso, conflitos armados e crises humanitárias expõem pessoas presas no fogo cruzado a um maior risco de serem traficadas para exploração sexual, trabalho forçado, remoção de órgãos, servidão e outras formas de exploração, declarou.” <https://naoesunidas.org/trafico-de-pessoas-aproveita-vulnerabilidade-de-migrantes-e-refugiados-diz-onu/>. Acesso em 01.05.2017.

³³ A BBC noticiou, em matéria publicada no dia 27.04.2017, a história do traficante de órgãos que se aproveita do desespero de refugiados no Líbano: “Ex-segurança de bar, ele mudou de ofício ao conhecer um grupo de traficantes de órgãos. Hoje vive de encontrar pessoas desesperadas o suficiente para doá-los em troca de dinheiro. Trata-se de um mercado que cresceu em oportunidades graças ao imenso fluxo de refugiados sírios cruzando a fronteira com o Líbano - estima-se que mais de um milhão deles vivam no país atualmente.” <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-39733315>; Acesso em 01.05.2017.

³⁴ Em artigo publicado no Caderno do Instituto de Estudos Superiores Militares de Lisboa – Portugal, tratando sobre as possíveis consequências do conflito na Síria, a autora explica que: “Com a guerra, a Síria ameaça desintegrar-se em pequenos Estados, repetindo-se a História, porque em 1920, ainda sob o protetorado francês, fragmentou-se em cinco partes: o Grande Líbano, Damasco, Alepo, Djabal, Druza e Alawis. Conseguida a unificação dos últimos quatro estados, em 1924, só quase vinte anos depois, em 1946, a Síria veria reconhecida a sua independência da França. Os ideais pan-arabistas do partido Baath, e os interesses despóticos da família Assad, diluíram e absorveram estas separações mas com as revoltas da Primavera Árabe, em 2011, depressa se tornaram de novo evidentes. Apesar de tudo ter começado por ser uma revolta da população contra o poder ditatorial, a corrupção, os abusos e a falta de liberdade, tal como na Líbia, Egito e Tunísia, cedo se tornou numa revolta sectária, porque este descontentamento era

formado por inúmeras crenças e que buscam firmar o seu poder em determinados territórios do país, alimentado, principalmente, pela diferença sectária entre sunitas e xiitas que poderá ter dentre as consequências, a mudança do mapa do Oriente Médio, da ordem política, econômica e social, bem como a propagação do terrorismo e o recrudescimento ou rediscussão dos direitos fundamentais de primeira dimensão nos países ocidentais, diante da dicotomia entre liberdades e segurança equacionada por Baumann³⁵.

Como resultado prático do conflito, se depreende uma série de violações aos direitos humanos do povo sírio, como privação de alimentos e medicamentos nas regiões do conflito, vítimas de ataques com armas químicas, da expulsão e execuções sumárias promovidas pelo Estado Islâmico, discriminação por alguns governos e parte da população de países que servem de abrigo aos refugiados sírios, tendo em vista o temor empreendido por ataques terroristas nos países europeus, exploração sexual, tráfico de pessoas e órgãos.

Diante desse contexto, bastante complexo, Organismos Internacionais Intergovernamentais, como a ONU já alegam, por meio do seu alto comissário, que no conflito da Síria foram cometidos crimes de guerra³⁶. Portanto, caberá ao direito internacional público e seus instrumentos normativos, bem como a colaboração de

sentido sobretudo pela maioria sunita do povo. Estes sentiam-se discriminados face à minoria xiita alauita, de onde pertence Bashar al-Assad que controlava, como ainda controla, o Exército, os serviços, a segurança e a economia. Rapidamente, esta revolta sectária teve o apoio das potências regionais. Do lado dos rebeldes ficaram os países sunitas, como o Qatar, a Arábia Saudita e a Turquia, enquanto do lado do regime de Assad, ficaram os países xiitas, como o Irão e o Líbano. Atrás dos primeiros vieram depois os Estados Unidos da América (EUA) e a União Europeia (UE), e dos segundos, a Confederação Russa e a República Popular da China.” (TOMÁS, 2014, p.08)

³⁵ Zygmunt Baumann, filósofo polonês, explica que liberdade e segurança coexistem na mesma equação, uma vez que quanto mais liberdade, menor será a segurança, sendo a recíproca verdadeira. http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html; Acesso em 01.05.2017.

³⁶ O alto comissário da ONU, Zeid Al Hussein alegou, por meio de mídia das Nações Unidas, que os ataques ocorridos por ambas as partes do conflito na cidade de Aleppo violaram direitos humanos consagrados nos instrumentos normativos do Sistema de Proteção Global de Direitos Humanos, e configuraram crimes de guerra, conforme disposto no artigo 8º do Estatuto de Roma. No relatório do Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre o conflito na Síria, há descrição de que milhares de pessoas não conseguem sair da cidade de Aleppo e enfrentam escassez de comida e de medicamentos, além do fato de que grupos armados da oposição dispararam projéteis e morteiros em bairros com civis, mas as forças do governo e aliados realizam ataques aéreos que estão matando muitos moradores. Zeid Al Hussein alegou, ainda, que os mais de cinco anos de guerra no país entre forças do governo e da oposição podem ser considerados como "a crise de direitos humanos da nossa era" e espera que todos os envolvidos no conflito sejam responsabilizados pelas mortes de cerca de 300 mil civis, sem contar a situação de milhões de sírios que tiveram que abandonar suas casas, e que "essas violações são crimes de guerra" e que se cometidas de propósito como parte de ataques sistemáticos contra civis, as ações "constituem também em crimes contra a humanidade". <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2016/10/violacoes-de-direitos-humanos-em-alepo-sao-crimes-de-guerra/#.WTTvzpLyvIU>; Acesso em 01.05.2017.

Organismos Internacionais Intergovernamentais e de Entidades Não Governamentais a busca de suporte para as vítimas do conflito e a intermediação entre as partes para que se alcance uma solução menos traumática dentre aquelas já aventadas desde o início do conflito em 2011.

Além disso, como se não bastassem às inúmeras consequências mencionadas acima, é certo que como resultado deste conflito haverá uma alteração na ordem política, econômica na região, podendo ou não influenciar até mesmo um arranjo diferente na ordem mundial, pois enquanto a Síria sangra, as grandes nações travam um cabo de guerra para ver quem exercerá o domínio na região após o término do conflito.

Assim, o conflito na Síria têm destruído famílias sírias, mas é um problema mundial, travado de fato por aqueles que vivem ainda no país, mas no campo político por grandes potências, dividindo, inclusive o Conselho de Segurança da ONU, órgão responsável pelas decisões que autorizam ou não uma intervenção militar para garantir os direitos humanos.

Conclusões

O povo sírio demonstrou ao longo da história da humanidade se adaptar as suas várias realidades e superar os inúmeros conflitos que o acometeu ao longo dos diversos tempos de sua história. Um povo que acostumado a enfrentar as tempestades e sobreviver para reconstruir a calmaria, tem hoje como perspectiva para o futuro uma esperança de alcançar a paz, apesar de parecer distante o fim do conflito na região.

Em relação ao conflito na Síria, é imprescindível para analisá-lo, que seja percorrida a evolução histórica da formação do povo e do Estado Sírio, as influências sofridas pelo período de colonização francesa, bem como os fenômenos de globalização e orientalismo como invenção do ocidente.

O conflito na Síria faz inúmeras vítimas entre os civis, não importando a sua origem ou religião. Crimes de exploração sexual, venda de órgãos e outros são constantemente praticados contra o povo que sofre com o conflito desde 2011, além da expulsão compulsória que faz com que um número considerável de sírios busquem refúgio em países de todo o mundo.

Assim, dentro do contexto da globalização e do seu processo paradoxal de promover a união e divisão, concomitantemente, é possível que um dos reflexos desse

conflito seja a divisão do país em vários pequenos Estados, como ocorreu com a ex-Iugoslávia e outros Estados antigos que se desmembraram após a globalização.

Fato é que a guerra civil na Síria parece distante de terminar e já pode ser considerada como o pior conflito mundial desde a Segunda Guerra Mundial, dadas as proporções globais que tomou e os reflexos deste conflito para o resto do mundo, o número de mortos e de refugiados expressivos e que resultam numa crise humanitária mundial, que dentro de um mundo globalizado e interligado passa a ser um problema mundial e não apenas da região do Machreq, exigindo dos demais estados do globo terrestre, e principalmente dos antigos Estados Imperialistas da Europa, um protagonismo maior na solução desse problema, por meio de mecanismos do direito internacional que visem a proteção e preservação dos direitos humanos dos povos da região.

Dessa forma, muito provavelmente, o desfecho do conflito na Síria mudará a ordem econômica, social e política da região considerada o berço da civilização humana, território que guarda uma relação eterna com os antagonismos religiosos e as disputas constantes pelos territórios, alimentada pela vontade de forças estrangeiras de exercerem sua influência na região, numa busca de se reafirmar como um Estado contemporâneo.

Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

ARRIGUI, Giovanni. Globalização e Macrossociologia Histórica In Revista de Sociologia e Política, nº 20: 13-23 JUN. 2003.

BUENO, André da Silva O extremo oriente na antiguidade./André da Silva Bueno – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, vol. 3, São Paulo: Paz e terra, 1999.

COSTA, Renata Porpolov. Uma história da Síria do Século XXI para além do sectarismo religioso. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CUNHA, Paulo Ferreira da. *Direito Internacional: Raízes & Asas*. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

CUNHA, Paulo Ferreira da. *Estado de Direito e Islã: Diálogos para uma Primavera*. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*. Volume: 99/2017.

DICIONÁRIO DE FILOSOFIA POLÍTICA / Coordenador Vicente de Paulo Barretto; coordenador adjunto Alfredo Culleton. – São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010.

FRIEDMAN, L. Thomas. *O Mundo é Plano Uma História Breve do Século XXI (The World Is Flat: A Brief History of the Twenty-First Century)*. Actual Editora© 2006.

HARDAN, Nauaf. *Mundo Árabe Berço da Civilização*. São Paulo: Fearab – Federação de Entidades Árabe Brasileiras do Estado de São Paulo, 1997.

HOURANI, Albert Habib. *Uma história dos povos árabes /Albert Hourani ; tradução Marcos Santarrita*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque das Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial / Samuel P. Huntignton; tradução de M. H. C. Côrtes*. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

KAMEL, Ali. *Sobre o Islã: Afinidade entre muçulmanos, judeus e cristãos e as origens do terrorismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

KHANNA, Parag. *O Segundo mundo: impérios e influência na nova ordem global / Parag Khanna; tradução de Clóvis Marques*. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

PALMA, Rodrigo Freitas. *História do Direito*. 6ª edição. São Paulo: Saraiva, 2017.

PIKETTY, Thomas. *Às urnas, Cidadãos! – Crônicas 2012-2016*. Tradução André Telles. 1ª edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Síria: Despotismo e Sangue*. Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Sousa” da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2012 <http://www.ecsbrdefesa.com.br/defesa/fts/SIRIA.pdf>: Acesso em 01.05.2017.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente /Edward W. Said; tradução Tomás Rosa Bueno*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. – 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.

SOURDEL, Dominique. *História do povo árabe*. Tradução: Cândida Leite Georgopoulos. 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.

TOMÁS, Maria João Tomás. *O Conflito da Síria – O Quadro Global in Caderno do Instituto de Estudos Superiores Militares nº 4 (coord.) Tenente Coronel Rui Vieira e Professora Doutora Teresa Rodrigues*. Centro de Investigação de Segurança e Defesa – Lisboa, 2014.